

# *É o Brasil* *Atitude irresponsável*

**N**O momento em que o fraco casso da política econômica do Governo se evidencia na perda dos últimos resquícios de credibilidade internacional e na implacável trajetória ascendente da inflação, o mínimo que se poderia esperar das autoridades seria reconhecer, com dignidade e espírito público, os equívocos das diretrizes que adotou.

**N**INGUÉM está atribuindo má fé aos atos governamentais. Lamenta-se apenas que uma conjunção de circunstâncias desfavoráveis e de incompetência na forma de enfrentá-las, tenha redundado no agravamento da crise.

**N**ESSAS condições, não se justifica que as autoridades se atrevam a afirmar que "as causas da inflação estão hoje muito mais no setor privado e na expectativa do mercado, do que no Governo".

**A**CUSAR os empresários para pretender submetê-los às decisões de "câmaras setoriais de preços" em complementação às arbitrariedades em que se perdeu o CIP, na hora em que a iniciativa privada procura resistir às atribulações geradas pelos artifícios governamentais vigentes, é demonstração de insensatez. Que reflete o desvario de uma política baseada no desvio dos recursos necessários à manutenção dos serviços públicos essenciais, para concentrá-los no pagamento das mais altas taxas de juros do Mundo sob o falso pretexto de se tratar de "imperativo para se evitar a queda no abismo".

**A**DVERTIU O GLOBO, em sucessivos editoriais, que a situação econômica não ficaria regulada enquanto persistisse a atitude irresponsável adotada com relação à malsinada círanda financeira e à condução das renegociações da dívida externa.

**N**A época adequada, antes do Plano Verão, sugerimos que se convocasse o Congresso, os empresários, as lideranças sindicais e todos os segmentos da sociedade para uma mobilização de esforços, ao invés de se insistir na sucessão de "pacotes" e "choques" concebidos por equipes burocráticas animadas pela pretensão de substituir as leis do mercado por insólitas "medidas provisórias". Era o que recomendava o mais elementar bom senso.

**C**OMO o Governo preferiu outros caminhos, cabe-lhe agora enfrentar as consequências com realismo, sem apelar

para anúncios descabidos de "novos programas" que só poderão servir para instaurar um clima de maior insegurança e perplexidade.

**E**STAMOS a 45 dias das eleições. O Governo perdeu o controle da economia, mas a sociedade vem sabendo substituí-lo com exemplar serenidade, evitando o caos e desfazendo quaisquer boatos difundidos por manobras especulativas ou interesses golpistas.

**D**A mesma forma que soube reagir à tentativa da mudança da cédula eleitoral, saberá a sociedade reagir a mudanças inúteis nas atividades econômicas. Mas não é razoável a insistência do Governo em perturbar a vida das empresas e da população com alterações de índices e de regras.

**O** Presidente Sarney — conforme temos reiterado — cumpriu rigorosamente as promessas de restauração da plenitude democrática e de integração do trabalho do brasileiro na condução política do País. Obteve progressos inegáveis nos entendimentos do Brasil com os países vizinhos numa abertura de fronteiras que certamente marcará uma nova fase na história do continente.

**S**E não lhe foi possível libertar o País da pesado ônus legado por governos anteriores, de uma dívida externa mal negociada e de um perverso endividamento interno, resta-lhe não permitir que as consequências dessa herança venham a ameaçar a concretização dos seus êxitos políticos.

**H**Á dois meses, quando se pretendeu maliciosamente atribuir ao GLOBO a ideia de mudanças no Governo, deixamos claro que se tratava de uma inverdade, pois não havia tempo para a implementação de novas diretrizes substitutivas do Plano Verão.

**M**UITO menos agora é admissível a proposta de mudanças provisórias. Nas urnas de 15 de novembro, o povo ao eleger o Presidente, estará consequentemente impondo as modificações nos âmbitos econômico, social e político, que irão definir, não como abstrata figura de retórica, mas como concreta realidade histórica, a Nova República, na qual, nos limites da Constituição, deverão ser julgadas e revistas as linhas de ação que nos conduziram à crise e decididos os rumos da retomada do desenvolvimento nacional.